



Relatório e Contas 2007
Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.



Relatório e Contas 2007
Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Índice

- 5** Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

- 7** Composição dos Órgãos Sociais

- 9** Relatório do Conselho de Administração

- 29** Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
 - 30** Balanço e Demonstração de Resultados
 - 37** Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
 - 46** Certificação Legal das Contas

- 49** Fundo de Pensões do Banco de Portugal
 - 50** Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas
 - 53** Notas à Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas
 - 64** Certificação das Contas



Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de Junho de 1988, tendo por objecto a gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus accionistas:

- O Banco de Portugal com uma participação que, a 31 de Dezembro de 2007, correspondia a 97,77% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua Sede situa-se na Rua do Comércio, nº 148, em Lisboa.

Os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2007:

- o Activo Líquido da Sociedade ascendia a 2.627.432,9 euros;
- o Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.123.632,5 euros;
- o valor do Fundo de Pensões fixou-se em 1.183.275.079,3 euros; e
- o total de Responsabilidades do Fundo de Pensões correspondia a 1.175.298.861,9 euros.

Composição dos Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

— Presidente	Armando da Silva Couto
— Secretário	Hernâni Fontoura Pires

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

— Presidente	António Manuel Martins Pereira Marta
— Administrador	Manuel Ramos de Sousa Sebastião
— Administradora Delegada	Helena Maria de Almeida Martins Adegas
— Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
— Suplente do Fiscal Único	Rui Abel Serra Martins, R.O.C.

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao exercício de 2007.

1.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal é constituído por um património autónomo e exclusivamente afecto ao cumprimento das responsabilidades, assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social. O valor do Fundo era, a 31 de Dezembro de 2007, 1.183,3 milhões de euros.

A gestão financeira do Fundo de Pensões é orientada para o objectivo de “cobertura” das variações potenciais das responsabilidades assumidas, pelo que assume especial relevância uma correcta estimação das mesmas. Daí que seja dada particular atenção aos pressupostos actuariais e financeiros utilizados, com destaque para o método de desconto dos “*cash flows*” projectados para o futuro, para as previsões de crescimento a longo prazo dos salários e das pensões e, por último, para as perspectivas de longevidade da população abrangida.

Neste contexto, é efectuada uma avaliação ao justo valor de mercado, não apenas dos activos do Fundo mas também das responsabilidades, utilizando-se para estas últimas uma taxa de desconto calculada com base nas taxas de juro diárias aplicadas, para os prazos relevantes, a instrumentos de muito baixo risco. Esta metodologia assenta no pressuposto de que o valor actual das responsabilidades deve representar, em cada momento, o capital que teria que ser investido em aplicações com risco reduzido, para fazer face aos pagamentos futuros. A taxa de desconto apurada no final de 2007 e utilizada no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro foi de 5,15%. Trata-se da média das taxas de juro, para esse dia, de obrigações governamentais indexadas à inflação da zona euro para as diversas maturidades existentes no mercado, tendo em conta a estrutura por prazos das responsabilidades do Fundo de Pensões, ajustada com um spread que representa a diferença entre as taxas de juro da dívida soberana e as taxas de juro de muito baixo risco.

É igualmente dedicada uma grande atenção aos pressupostos de crescimento futuro da massa salarial e das pensões, utilizando-se expectativas de taxas de inflação extraídas dos títu-

los indexados à inflação, as quais são ajustadas, no caso dos salários, de forma a incorporarem a evolução na carreira dos trabalhadores no activo.

No que respeita à longevidade, procura-se incorporar uma estimativa o mais fiável possível, de forma a evitar-se o risco de subavaliação das responsabilidades. Em 2007 continuou a utilizar-se a tabela de mortalidade TV 88/90, já adoptada no ano anterior, e cuja aderência à realidade foi confirmada por um estudo empírico efectuado com base nos dados demográficos do Fundo de Pensões até 2006.

Tomando como ponto de partida a correcta estimação das responsabilidades e a actualização das mesmas à medida que flutuações de mercado afectem a taxa de desconto e as expectativas de crescimento de salários e pensões, a gestão financeira do Fundo de Pensões é orientada para a conjugação de dois objectivos: limitar o risco de redução do nível de financiamento, constituído pelo rácio entre activo e responsabilidades do Fundo e, simultaneamente, maximizar a rentabilidade da carteira de activos.

Com esta finalidade, é estabelecido anualmente um *benchmark* estratégico que orienta a carteira para a distribuição mais eficiente entre as três principais classes de activos (obrigações, acções e imobiliário), bem como para a estrutura temporal considerada mais adequada para a sub-componente de obrigações, ou ainda para a distribuição entre os principais blocos geográficos.

Em 2007, manteve-se a política de investimento tendo como referência a sensibilidade do valor das responsabilidades do Fundo à variação das taxas de juro e de inflação, numa perspectiva de gestão integrada de activos e passivos, tendo como corolário uma importante concentração da carteira em obrigações (80%), na sua quase totalidade títulos governamentais da zona euro, de longo prazo, indexados à inflação.

No contexto da política de investimento do Fundo de Pensões atrás definida, perdem relevância as medidas de rentabilidade e de risco tradicionais aplicadas na gestão isolada de activos, sendo considerados mais adequados os indicadores agregados numa óptica "activos versus responsabilidades" (A/R).

Em 2007, o nível de financiamento do Fundo subiu para 100,7%, tendo-se registado uma rentabilidade A/R de 2,7% (a rentabilidade dos activos superou em 2,7% o crescimento das responsabilidades). O "value-at-risk" dos activos face às responsabilidades, a 1 mês com um nível de confiança de 95%, ficou limitado a um valor médio correspondente a 0,87% do total das responsabilidades.

Principais indicadores do Fundo de Pensões

	31 / 12 / 2006		31 / 12 / 2007	
Dados Populacionais				
Activos	1709		1689	
Reformados	1734		1728	
Pensionistas	486		486	
Pressupostos Actuariais e Financeiros				
Taxa de desconto	4,52%		5,15%	
Taxa de inflação esperada de longo prazo	2,23%		2,36%	
Tábua de mortalidade	TV 88/90		TV 88/90	
Activos (milhões de € e %)				
Obrigações	966,7	80,0%	946,3	80,0%
Imobiliário	165,3	13,7%	161,1	13,6%
Acções	76,6	6,3%	75,8	6,4%
Total	1208,6	100,0%	1183,3	100,0%
Responsabilidades (milhões de €)	1226,2		1175,3	
Grau de Cobertura				
Nível de Financiamento	98,6%		100,7%	
Rentabilidade A/R	2,4%		2,7%	
Risco A/R (VaR a 1 mês, 95% confiança)	0,93%		0,87%	

2.**ACTIVIDADE PROSEGUIDA PELA SOCIEDADE GESTORA**

Durante o ano de 2007, a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. teve ao seu serviço, em média, 34 colaboradores, dos quais 62% do sexo feminino, possuindo três quartos formação superior.

A política de formação dos recursos humanos tem incentivado a elevada qualificação dos trabalhadores, através do apoio à frequência de cursos de pós-graduação e de mestrado, bem como de acções de formação especializadas.

Ao longo do ano 2007, a Sociedade Gestora prosseguiu o acompanhamento dos mercados e a gestão das carteiras financeira e imobiliária do Fundo de Pensões. Em particular, a carteira imobiliária foi objecto de rotação, tendo sido adquirido um edifício de escritórios e vendidos três outros imóveis afectos ao mesmo fim.

Manteve-se o acompanhamento actuarial das responsabilidades do Fundo de Pensões, ao longo de todo o ano, mas com especial ênfase na projecção das variações esperadas até ao final do mesmo.

Dando cumprimento ao disposto no Decreto-lei nº 12/2007, a Sociedade Gestora procedeu à distribuição, pelos participantes do Fundo, de brochuras com informação sobre os

benefícios do Plano de Pensões, bem como de fichas individuais sobre a situação do benefício em formação em 31/12/2006.

Na sequência da contratação, em 2006, dum novo serviço de custódia de títulos, foi implementado em 2007 um programa de "*securities lending*".

No âmbito da área de sistemas e tecnologias de informação, prosseguiram os desenvolvimentos e modernização da plataforma tecnológica, adaptando a infra-estrutura à evolução do mercado e às necessidades do negócio.

Realizou-se ainda um projecto de identificação e avaliação dos riscos operacionais da Sociedade Gestora, para definição do âmbito do Plano de Continuidade de Negócio a finalizar em 2008. Este projecto permitiu identificar pontos críticos e vulnerabilidades organizacionais e técnicas, bem como definir estratégias de protecção e mitigação dos riscos, favorecendo o desenvolvimento duma cultura favorável à segurança.

Em 31 de Dezembro de 2007, os capitais próprios da Sociedade Gestora ascendiam a 2,12 milhões de euros (contra 2,01 milhões em 2006), o que conduziu a um aumento da margem de solvência para 114,3% (106,8% em 2006).

3.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

Durante a segunda metade do ano de 2007 verificaram-se algumas perturbações nas economias mais desenvolvidas, que tiveram a sua origem na crise do mercado imobiliário norte-americano. A crise surgiu em meados de Agosto com a notícia de incumprimentos sucessivos nos créditos hipotecários de baixa qualidade (denominados *subprime*) e afectou consideravelmente os mercados financeiros. Grande parte das instituições financeiras viram as suas carteiras de activos desvalorizar significativamente e as suas necessidades de liquidez provocaram fortes subidas nas taxas de juro praticadas nos mercados monetários. Em consequência desta crise a volatilidade aumentou consideravelmente nos mercados financeiros, verificando-se desvalorizações significativas nas classes de activos de maior risco.

Os principais bancos centrais mundiais, tentando normalizar a situação e evitar que a crise financeira alastrasse à economia real, adoptaram medidas concertadas para fornecer liquidez ao sistema bancário e contribuir para a redução das taxas de juro praticadas nos mercados monetários.

O crescimento económico registou um abrandamento na maioria das economias desenvolvidas, em 2007, situando-se em 2,3% na Zona Euro, 2,2% nos EUA e 2% no Japão. Nas economias emergentes, os níveis de crescimento económico continuaram robustos, com destaque para a China (11,1%) e a Índia (8,7%).

Por sua vez, a economia portuguesa cresceu 2% durante o ano de 2007, o que representa um ligeiro aumento face a 2006, embora inferior ao crescimento médio da área do euro.

A inflação aumentou consideravelmente em 2007, na generalidade das economias, situando-se em 3,1% na Zona Euro, 4,1% nos EUA e 0,8% no Japão. Em Portugal, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou uma subida de 2,4%, valor inferior à inflação média registada na área do euro.

Quadro 1 — Crescimento económico e inflação

	Produto Interno Bruto (%)				Preços no Consumidor (%)			
	2006	2007	2008 ^p	2009 ^p	2006	2007	2008 ^p	2009 ^p
Área do Euro	2,7	2,3	1,9	2,0	1,9	3,1	2,5	2,0
Portugal	1,7	2,0	2,0	2,2	3,1	2,4	2,6	2,2
EUA	3,3	2,2	2,0	2,2	3,3	4,1	2,7	1,9
Japão	2,8	2,0	1,6	1,8	0,3	0,8	0,6	0,4

Fontes: OCDE, *Economic Outlook* (Dezembro de 2007), Eurostat e Banco de Portugal ^p Estimativas e Projecções.

O BCE deu continuidade ao ciclo de subida de taxas de juro, durante o primeiro semestre do ano, tendo interrompido o mesmo no segundo semestre, devido ao enorme nervosismo patente nos mercados financeiros e apesar das pressões inflacionistas subsistentes na área do euro. A taxa de referência para as operações de refinanciamento situava-se em 4% no final de 2007, o que representa um acréscimo de 0,50 pontos percentuais no decurso do ano. Por sua vez, a Reserva Federal Americana, numa tentativa de relançar o crescimento económico e atenuar a crise financeira a que se tem assistido, reduziu a *Fed Funds Rate* em 1 ponto percentual no conjunto do ano, situando-se esta taxa em 4,25% no final de 2007.

As taxas de juro praticadas na Zona Euro registaram subidas ao longo de todos os segmentos da curva, mais pronunciadas nos prazos mais curtos, em consequência da falta de liquidez e da forte aversão ao risco de crédito originadas pela crise do mercado *subprime* norte-americano.

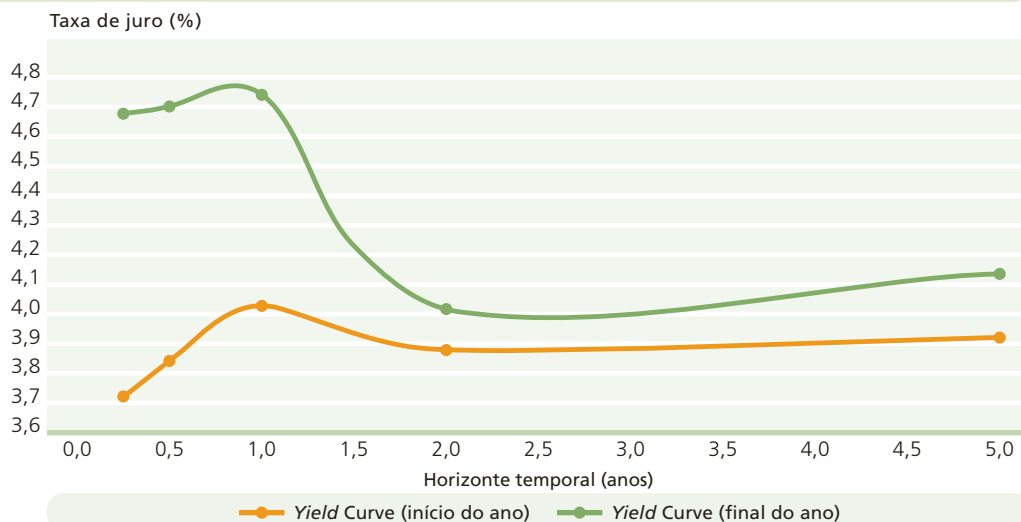
Quadro 2 — Evolução das principais taxas de juro da área do euro

	Dez. 2006	Dez. 2007	Varição (p.p.)
Taxa de intervenção do BCE			
Taxa oper. principal de refinanciamento	3,50%	4,00%	0,50
Taxas de Rendibilidade do Mercado Monetário (*)			
a 3 meses	3,73%	4,68%	0,96
a 6 meses	3,85%	4,71%	0,85
a 1 ano	4,03%	4,75%	0,72
Taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro (**)			
a 2 anos	3,88%	4,02%	0,14
a 10 anos	3,95%	4,35%	0,40
a 30 anos	4,07%	4,62%	0,55

Fonte: REUTERS

(*) *Benchmark* da área do euro: Taxas Euribor. (**) *Benchmark* da área do euro: títulos de dívida pública alemã.

GRÁFICO 1 — Evolução da estrutura de taxas de juro na Zona Euro durante o ano de 2007



No mercado de dívida privada, e como consequência da crise financeira, que se tornou evidente a partir do segundo semestre de 2007, registou-se um forte alargamento de *spreads* durante o ano de 2007, o que reflecte o aumento da aversão ao risco por parte da generalidade dos investidores. O índice Itraxx EUR 5 anos, que reflecte o custo de compra de protecção contra o risco de incumprimento dos compromissos assumidos por emitentes de obrigações a 5 anos, duplicou em 2007 de cerca de 25 para 50 pontos base.

Apesar da envolvente que caracterizou a segunda metade do ano, este foi globalmente positivo para os principais mercados accionistas, com excepção do japonês. O índice europeu DJ Eurostoxx 50 valorizou-se cerca de 6,8%, o índice americano S&P 500 subiu 3,5% e o índice Japonês Nikkei 225 desvalorizou-se 11,0%. O índice Português PSI-20 registou uma valorização de 16,3%. Esta situação inverteu-se com a queda generalizada das bolsas de valores no início de 2008.

No mercado cambial, o euro valorizou-se 11% face ao dólar, impulsionado por diversos factores, nomeadamente, a divergência de actuação entre o BCE e a Reserva Federal, a recomposição das reservas cambiais de diversos bancos centrais, com substituição de dólares por euros, e o melhor desempenho económico na área do euro relativamente à economia dos EUA.

4.

PLANOS DE PENSÕES

4.1. Caracterização

O Banco de Portugal garante, através do Fundo de Pensões, o direito aos benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência (incluindo eventuais subsídios complementares e o subsídio por morte), bem como o pagamento dos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS).

As pensões pagas a título de reforma e sobrevivência resultam da soma das parcelas calculadas em função de cada componente da retribuição pensionável, de acordo com a convenção colectiva de trabalho aplicável e a regulamentação interna do Banco.

O Plano de Pensões engloba quatro programas de benefícios relativos à remuneração base e diuturnidades e três programas relativos aos complementos remunerativos. Deste conjunto de programas, apenas dois se mantêm abertos a novas admissões no Banco e, no seu conjunto, asseguram a pensão total decorrente das diferentes componentes da retribuição pensionável.

4.2. Evolução da população abrangida pelo Fundo de Pensões

Salienta-se a elevada maturidade da população abrangida pelo Fundo de Pensões do Banco de Portugal, em que o número de beneficiários é superior ao de participantes no activo. O conseqüente peso das responsabilidades com pensões em pagamento no total, condiciona fortemente a postura assumida na gestão do património do Fundo.

Quadro 3 — População abrangida pelo Fundo de Pensões

	31-12-2005	31-12-2006	Varição 2005 / 2006	31-12-2007	Varição 2006 / 2007
Activos	1.704	1.709	5	1.689	-20
Reformados	1.744	1.734	-10	1.728	-6
Pensionistas	475	486	11	486	0
Total	3.923	3.929	6	3.903	-26
Razão Activos ¹ / Beneficiários ²	0,77	0,77		0,76	

¹ Participantes; ² Reformados e Pensionistas.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Fundo de Pensões abrangia 1.689 participantes (trabalhadores no activo), 1.728 reformados e 486 pensionistas.

4.3. Evolução dos benefícios/encargos e contribuições

No gráfico 2, apresenta-se a evolução do volume de benefícios e encargos pagos pelo Fundo de Pensões nos últimos 10 anos.

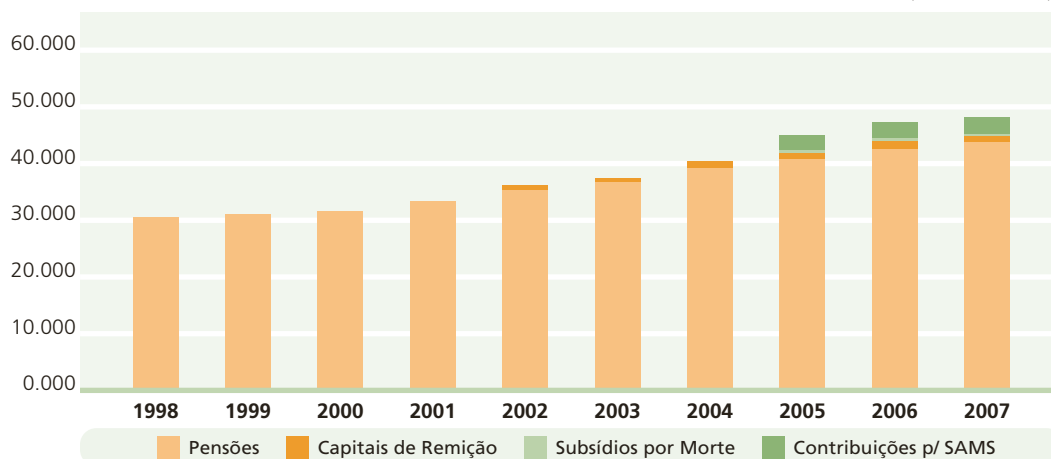
Em 2007, o valor das pensões vencidas ascendeu a 44,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3,4% em relação ao exercício anterior.

Os valores liquidados em 2007 como capitais de remição e a título de subsídio por morte ascenderam a, respectivamente, 0,7 milhões de euros e 0,3 milhões de euros. Nestas mesmas rubricas registaram-se em 2006 os totais de 1,3 milhões de euros e 0,4 milhões de euros, pela mesma ordem.

Os encargos suportados pelo Fundo de Pensões relativos às contribuições para o SAMS sobre as pensões liquidadas ascenderam a 2,9 milhões de euros, em 2007, que compara com o valor de 2,8 milhões de euros pago em 2006.

GRÁFICO 2 — Volume de benefícios e encargos suportados pelo Fundo

(milhares de euros)



Uma vez que os programas financiados pelo Fundo de Pensões são de benefício definido, as contribuições têm um carácter de “variável dependente”. Assim, podem ser necessários ajustamentos periódicos nas taxas contributivas regulares e, eventualmente, a entrega de contribuições pontuais, em resultado de diversos factores, tais como alterações no comportamento das variáveis financeiras, evolução dos benefícios diversa da que fora projectada ou ainda por alteração/actualização de algum dos pressupostos de cálculo.

No ano de 2007, foram efectuadas contribuições num total de 22,7 milhões de euros, não tendo havido necessidade de recorrer a contribuição extraordinária para cobrir insuficiência do Activo do Fundo de Pensões ou decorrente de alteração de pressupostos.

4.4. Avaliação Actuarial

4.4.1. Pressupostos Actuariais e Financeiros

Os principais pressupostos actuariais e financeiros são os que se apresentam neste ponto, sem prejuízo de alguns ajustes pontualmente considerados.

Pressupostos que decorrem do Plano

Momento de atribuição de pensão de reforma Velhice	65 anos
Número de mensalidades de pensão	14
Número de mensalidades de salário	14

Pressupostos actuariais e financeiros	31 / 12 / 2006	31 / 12 / 2007
Taxa de desconto	4,517%	5,153%
Taxa de actualização das Pensões	2,228%	2,359%
Taxa de crescimento dos Salários	3,228%	3,359%
Taxa de actualização das Tabelas Remunerativas	2,228%	3,359%
Taxa de crescimento da Retribuição Mínima Mensal Garantida	2,228%	2,359%
Taxa de revisão salarial 2007/2008	2,500%	2,500%
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte	403 €	426 €
Tabela de Mortalidade	TV 88/90	
Tabela de Invalidez	1978 - S.O.A. Trans. Male (US)	
Tabela de Turnover	T-1 Crocker Sarason (US)	
Percentagem de casados	80%	
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges	3 (indivíduos do sexo masculino os mais velhos)	

A taxa de desconto apurada no final de 2007 e utilizada no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro foi de 5,15%. Trata-se da média das taxas de juro, para esse dia, de obrigações governamentais indexadas à inflação da zona euro para as diversas maturidades existentes no mercado, tendo em conta a estrutura por prazos das responsabilidades do Fundo de Pensões, ajustada com um *spread* que representa a diferença entre as taxas de juro da dívida soberana e as taxas de juro de muito baixo risco.

A metodologia de fixação dos pressupostos actuariais e financeiros assenta na indexação ao mercado.

Em resultado do comportamento do mercado no ano de 2007, descrito no ponto 3., a taxa de desconto e a taxa de inflação registaram aumentos face ao fecho do exercício anterior de, respectivamente, 0,636 e 0,131 pontos percentuais.

Em 2007 continuou a utilizar-se a tabela de mortalidade TV 88/90, já adoptada no ano anterior, e cuja aderência à realidade foi confirmada por um estudo empírico efectuado com base nos dados demográficos do Fundo de Pensões até 2006.

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cenário do Mínimo de Solvência estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal são os seguintes:

	Mínimo Solvência	
Pressupostos actuariais e financeiros	31 / 12 / 2006	31 / 12 / 2007
Taxa de desconto	4,500%	4,500%
Taxa de actualização das Pensões	2,228%	2,359%
Taxa de crescimento dos Salários	0,000%	0,000%
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte	403 €	426 €
Tabela de Mortalidade	TV 73/77	
Tabela de Invalidez	1978 - S.O.A. Trans. Male (US)	
Tabela de Turnover	-/-	
Percentagem de casados	80%	
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges	3 (indivíduos do sexo masculino os mais velhos)	

4.4.2. Resultados da Avaliação Actuarial

O total de responsabilidades por serviços passados, em 31/12/2007, ascendia a 1.175,3 milhões de euros, dos quais 665,4 milhões correspondem a responsabilidades por pensões em pagamento e 509,9 milhões dizem respeito às responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no activo.

	31 / 12 / 2006	31 / 12 / 2007
Responsabilidades por Serviços Passados (RSP)	1.226.238.773	1.175.298.862
Reformados e Pensionistas	691.158.181	665.387.253
Trabalhadores no activo	535.080.592	509.911.609
		(euro)

Entre 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007, registou-se uma variação do valor das responsabilidades por serviços passados de -50,9 milhões de euros.

Esta variação corresponde a um decréscimo global anual de -4,15% do valor das responsabilidades por serviços passados, como consequência da conjugação dos seguintes efeitos:

- Variação anual esperada (normal) de 2,21% das responsabilidades; e
- Variação anual não esperada de -6,36% das responsabilidades, correspondente a um desvio actuarial (resultante da diferença entre os pressupostos de longo prazo e os valores realizados) e um desvio financeiro (resultante da indexação dos pressupostos ao mercado, com destaque para o ganho actuarial associado à subida da taxa de desconto real em 2007).

Todavia, para efeitos de quantificação de resultados “Activo-Passivo”, importa determinar a taxa de variação do passivo do Fundo por efeito das flutuações do mercado. Assim, em 2007, apurou-se uma taxa de -2,5%, que releva a reavaliação das responsabilidades decorrente da indexação dos pressupostos actuariais e financeiros, reconhecendo os fluxos de pensões e contribuições e excluindo a variação de responsabilidades por factores exógenos à gestão financeira do Fundo.

Em 31 de Dezembro de 2007, o mínimo regulamentar estabelecido pelo Aviso 12/2001 do Banco de Portugal ascendeu a 1.071,2 milhões de euros e o mínimo de solvência estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal atingiu o valor de 1.008,0 milhões de euros.

5.

ESTRUTURA DA CARTEIRA E CONTROLO DE RISCOS

A política de investimento do Fundo de Pensões encontra-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), nomeadamente no que se refere à composição e controlo do património e à utilização de instrumentos derivados

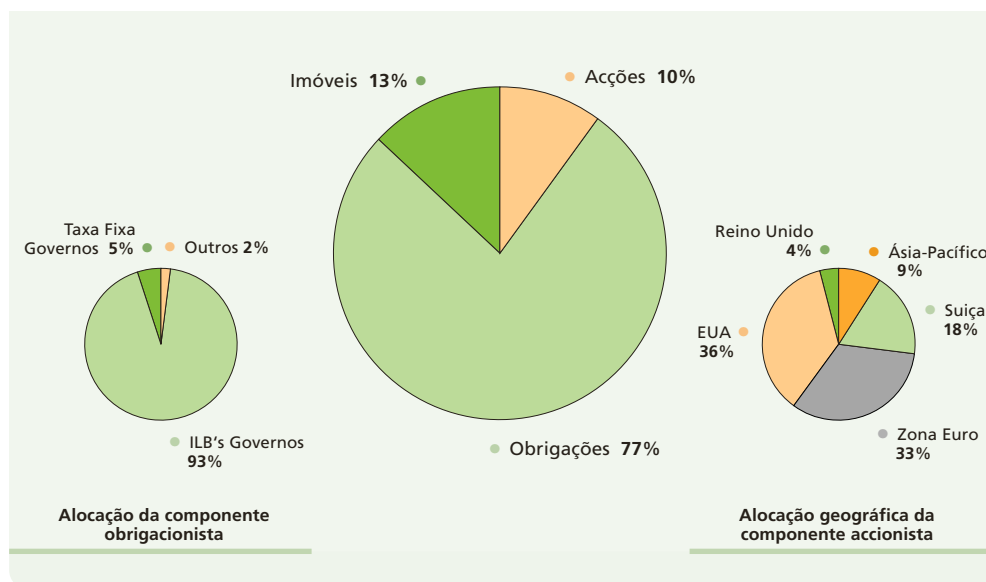
e de operações de reporte e empréstimo de valores, e por normas internas, mais restritivas, estabelecidas pela própria Sociedade Gestora em conformidade com o perfil de risco desejado.

A estrutura da carteira é objecto de análise e acompanhamento permanentes, com vista à identificação diária do grau de exposição a diferentes tipos de risco e da respectiva forma de mitigação, conseguida pela imposição de limites e pelo recurso a instrumentos de cobertura.

5.1. Benchmark Estratégico 2007

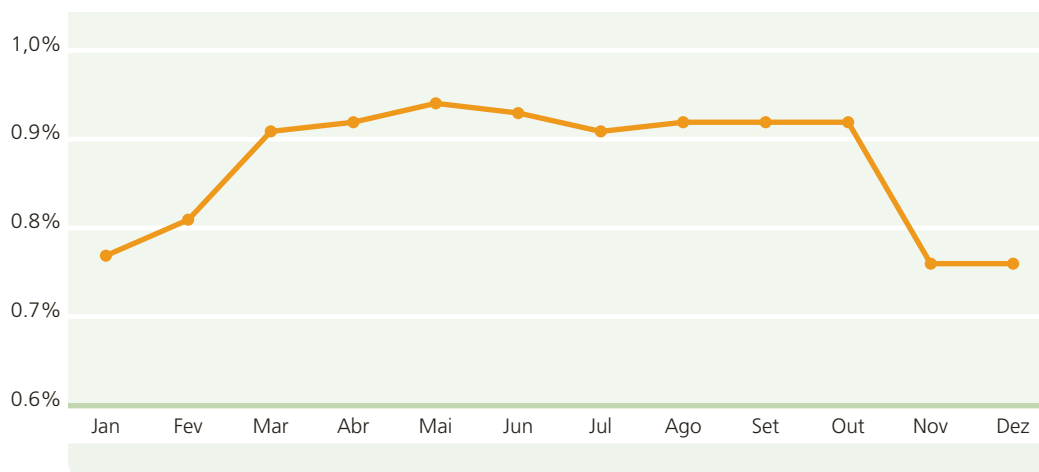
Com a dupla finalidade de limitar o risco de redução do nível de financiamento e de maximizar a rentabilidade da carteira de activos, foi seleccionado um referencial para a estrutura da carteira do Fundo de Pensões em 2007, designado *benchmark* estratégico. A sua composição, que se apresenta sumariamente, é consentânea com o perfil de risco definido e foi determinada com base numa análise de impactos de um conjunto provável de cenários alternativos de evolução dos mercados financeiros e num modelo de avaliação de risco.

GRÁFICO 3 — *Benchmark Estratégico 2007: composição média anual*



5.2. Value-at-Risk "Activos-Responsabilidades"

O risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões é avaliado e controlado com base no cálculo do *Value-at-Risk* a 1 mês para um nível de confiança de 95%.

GRÁFICO 4 — *Value-at-Risk* “Activos-Responsabilidades” a 1 mês

Esta medida de risco, cuja evolução em 2007 se apresenta no Gráfico 4, corresponde, em cada momento, à redução do nível de financiamento, em pontos percentuais, cuja ultrapassagem, no horizonte temporal de 1 mês, tem associada uma probabilidade estimada em 5%.

5.3. Estrutura por classe de activos

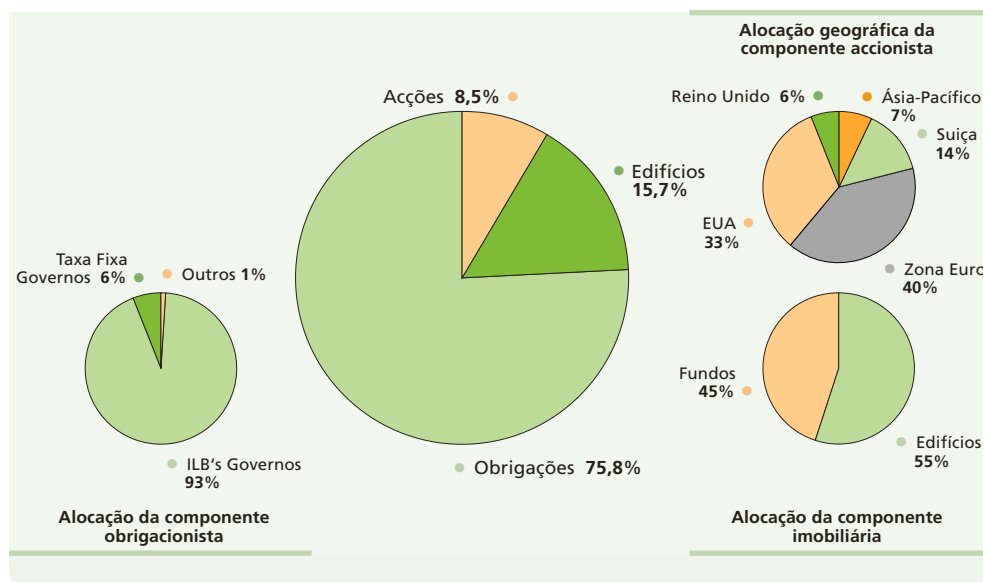
A estrutura da carteira de activos foi determinada tendo sempre como referência a composição do *benchmark* estratégico. Foram porém assumidos alguns desvios de estrutura, justificados pelo objectivo de incorporar expectativas de curto prazo de evolução dos mercados.

O enfoque na orientação “Activos-Responsabilidades” da política de investimentos, centrada na limitação do risco de redução do nível de financiamento, traduziu-se na manutenção de uma forte exposição a activos correlacionados com as responsabilidades, em particular a obrigações do Tesouro, de longo prazo, indexadas à inflação da área do euro.

Assim, verificou-se, em 2007, uma exposição média de 75,8% a obrigações (na quase totalidade dívida pública), enquanto que as acções e o imobiliário representaram respectivamente 8,5% e 15,7% do valor da carteira de activos. No final do ano, verificou-se uma redução do peso do imobiliário, em consequência de uma venda programada, o que reduziu o peso desta classe de activos para 13,6%. Por seu turno, o peso das acções também foi reduzido, tendo atingido no final do ano 6,4%.

A segmentação da componente accionista da carteira revela uma exposição predominantemente representada pelos mercados da área do euro e norte-americano (73%).

GRÁFICO 5 — Estrutura por classe de activos (valores médios anuais)



5.4. Diferencial ajustado de duração modificada

O grau de sensibilidade do nível de financiamento do Fundo de Pensões a variações de taxas de juro reais é avaliado e controlado com base no cálculo do diferencial ajustado de duração modificada.

Face a expectativas de subida das taxas de juro de médio e longo prazo da área do euro, foi assumido, em 2007, um posicionamento caracterizado por um nível negativo deste indicador, que traduz um valor da carteira de activos menos sensível a variações de taxas de juro do que o valor das responsabilidades.

Atendendo à elevada duração modificada das responsabilidades do Fundo de Pensões e ao facto de a política de investimentos contemplar também activos cujo valor é pouco sensível às variações de taxas de juro, o diferencial ajustado médio registado em 2007 foi alcançado com recurso a uma carteira de obrigações de duração modificada elevada.

Quadro 4 — Diferencial ajustado de duração modificada

		Valores médios 2007
a)	Duração Modificada das responsabilidades por serviços passados	14,4
b)	Duração Modificada das Obrigações	16,5
c)	Peso das Obrigações	75,8%
d)	Nível de Financiamento	99,6%
Diferencial Ajustado de Duração Modificada = $b) \times c) - a) / d)$		-2,0

5.5. Estrutura da carteira de obrigações por tipo de emitente

O controlo do risco de crédito decorrente da exposição a emitentes de títulos que integram a carteira do Fundo de Pensões, ou a contrapartes com as quais se realizam transacções, é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos e instituições de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como ao acompanhamento da notação de *rating* a eles atribuída pelas agências internacionais, que terá de respeitar níveis mínimos estabelecidos nas Normas Orientadoras da Política de Investimento instituídas.

A carteira de obrigações foi constituída, na sua grande maioria, por emissões indexadas à inflação, com um perfil próximo das responsabilidades assumidas pelo Fundo de Pensões, cujo valor depende igualmente da evolução da taxa de inflação. Pretende-se, desta forma, limitar o risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões em virtude de um aumento da taxa de inflação.

Atendendo a que a dívida indexada à inflação da área do euro com um nível de liquidez considerado suficiente é quase exclusivamente dívida pública, esta representou, em 2007, a quase totalidade da carteira de obrigações. A instabilização dos mercados de crédito, particularmente evidente no segundo semestre do ano, contribuiu igualmente para limitar o peso da restante dívida.

Quadro 5 — Exposição da carteira de rendimento fixo por tipo de emitente/contraparte

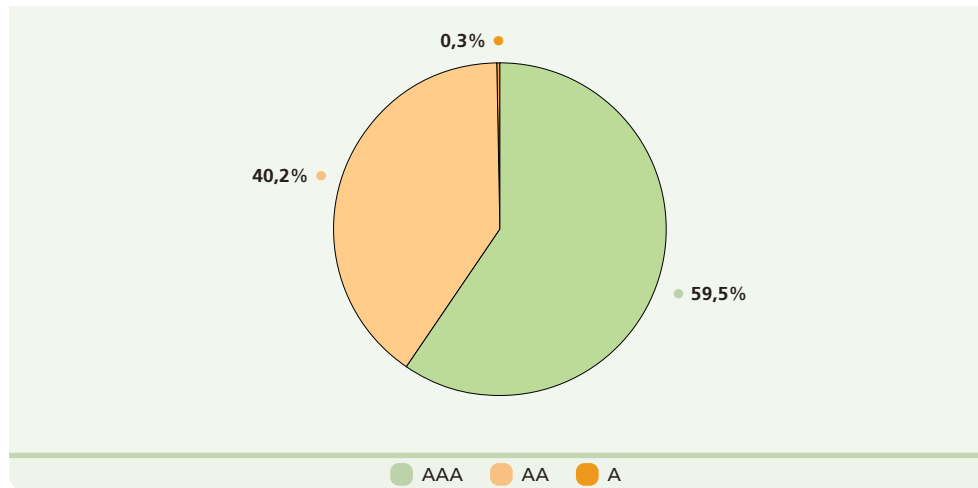
	Governos	Supranacionais	Inst. Financeiras
Valores médios 2007 (%)	98.2%	0.3%	1.5%

5.6. Estrutura da carteira de obrigações por *rating*

A carteira de obrigações do Fundo de Pensões foi constituída quase exclusivamente por emissões com *rating* igual ou superior a AA; as emissões com *rating* AAA tiveram um peso de cerca de 60%.

GRÁFICO 6 — Estrutura da carteira de obrigações por *rating*

(valores médios anuais)

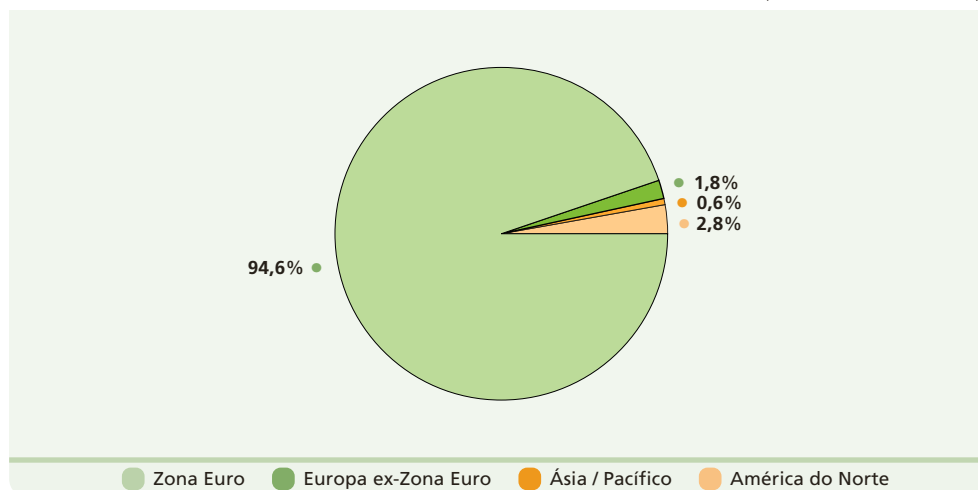


5.7. Estrutura da carteira de activos do Fundo de Pensões por zona geográfica

Tomada no seu conjunto, a carteira de activos de Fundo de Pensões manteve uma exposição predominante aos países da área do euro, que representou, em 2007, 94,6% do total. A exposição a outras zonas geográficas foi materializada na sua grande maioria através da carteira de acções.

GRÁFICO 7 — Estrutura da carteira do Fundo de Pensões por zona geográfica

(valores médios anuais)



5.8. Exposição ao risco cambial

Com o objectivo de limitar o risco de redução do nível de financiamento associado a eventual depreciação, face ao euro, das divisas de denominação dos veículos de investimento accionista, foi prosseguida uma política de cobertura cambial próxima dos 100%. O risco cambial assumido foi, por conseguinte, diminuto – cerca de 0,11% do valor do Fundo de Pensões – e esteve associado a factores de ordem técnica e de gestão táctica da carteira.

A exposição média mais significativa ao risco cambial, por moeda, verificou-se no dólar dos Estados Unidos e ascendeu a 0,07% do valor total da carteira do Fundo de Pensões.

Quadro 6 — Exposição média da carteira a risco cambial

	JPY	CHF	GBP	USD
Exposição média da carteira a risco cambial (%)	0,01%	0,02%	0,01%	0,07%

6.

RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES

As responsabilidades e a carteira de activos do Fundo de Pensões foram condicionadas pela evolução dos mercados financeiros, em particular pela subida das taxas de juro de médio e longo prazo da área do euro.

A valorização das responsabilidades por serviços passados é efectuada a preços de mercado, tomando em consideração os níveis de taxa de juro e de inflação esperada. A subida, ao longo do ano de 2007, das taxas de juro, induziu uma redução do valor das responsabilidades por serviços passados que foi, no entanto, parcialmente compensada por um aumento da inflação esperada.

O valor ajustado das responsabilidades por serviços passados (tendo em conta o impacto do pagamento de pensões líquido do recebimento de contribuições regulares e expurgando o efeito de factores exógenos) registou, durante o ano 2007, uma variação negativa de -2,5%. Numa óptica de gestão integrada de activos e passivos, esta variação constitui a referência para a taxa de rentabilidade dos activos.

Quadro 7 — Resultados da gestão financeira do Fundo de Pensões

		Taxas de rentabilidade do activo	
(a)	Variação ajustada das Responsabilidades	-2,5%	
			Carteira de Activos
			Obrigações
			Acções
			Imóveis
			(b) Total dos activos
(c)	Resultados da gestão financeira	2,7%	0,10%
		$(c)=(1+b)/(1+a)-1$	

O enfoque da orientação “Activos-Responsabilidades” da política de investimentos, sensível ao objectivo de limitação do risco de redução do nível de financiamento, traduziu-se na manutenção de uma forte exposição da carteira a activos correlacionados com as responsabilidades, em particular obrigações do Tesouro de longo prazo indexadas à inflação da área do euro. Em consequência, a rentabilidade da carteira de activos foi também afectada negativamente, ainda que em menor grau do que o custo das responsabilidades, pelo movimento de subida de taxas de juro, tendo-se situado em +0,1%.

Os resultados “Activos-Responsabilidades” do Fundo de Pensões ascenderam, em 2007, a +32,5 milhões de euros, o que corresponde a 2,7% do valor das responsabilidades por serviços passados. Na **origem** destes resultados encontram-se dois contributos:

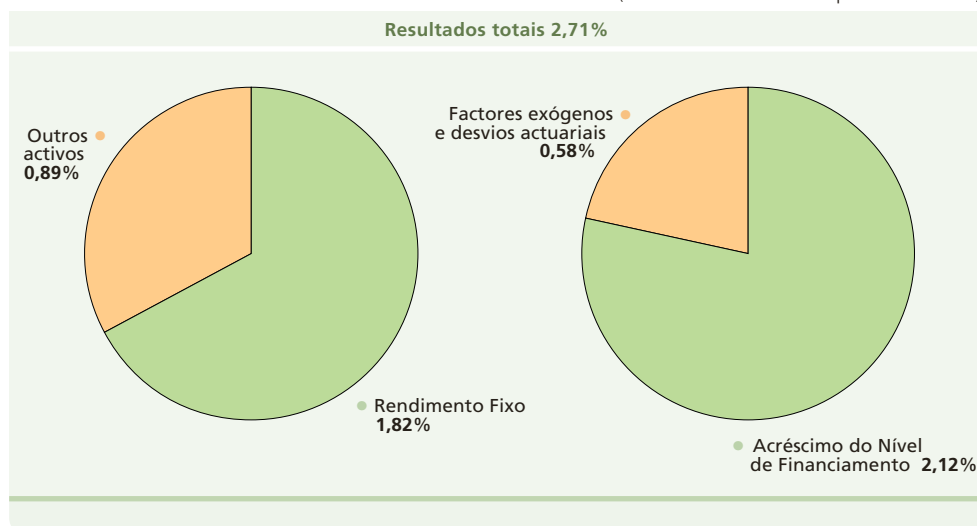
- O contributo positivo de 1,8%, decorrente do posicionamento da gestão em matéria de diferencial ajustado de duração modificada, que correspondeu, na prática, a uma opção por manter uma sensibilidade do valor da carteira de activos a variações de taxas de juro inferior à sensibilidade do valor das responsabilidades às mesmas variações; e
- O impacto de 0,9%, associado à exposição da carteira a activos pouco correlacionados com as responsabilidades, destacando-se a relevância da rentabilidade expressiva alcançada na carteira de imobiliário (10,5%).

No que respeita à **utilização** dos resultados da gestão financeira gerados em 2007 (+2,7%):

- 2,1% correspondem ao acréscimo do nível de financiamento do Fundo de Pensões, de 98,6% em Dezembro de 2006 para 100,7% em Dezembro de 2007;
- Os remanescentes 0,6% foram “consumidos” por desvios actuariais e outros factores exógenos à gestão financeira do Fundo.

GRÁFICO 8 — Origem e utilização dos resultados da gestão “Activos-Responsabilidades”

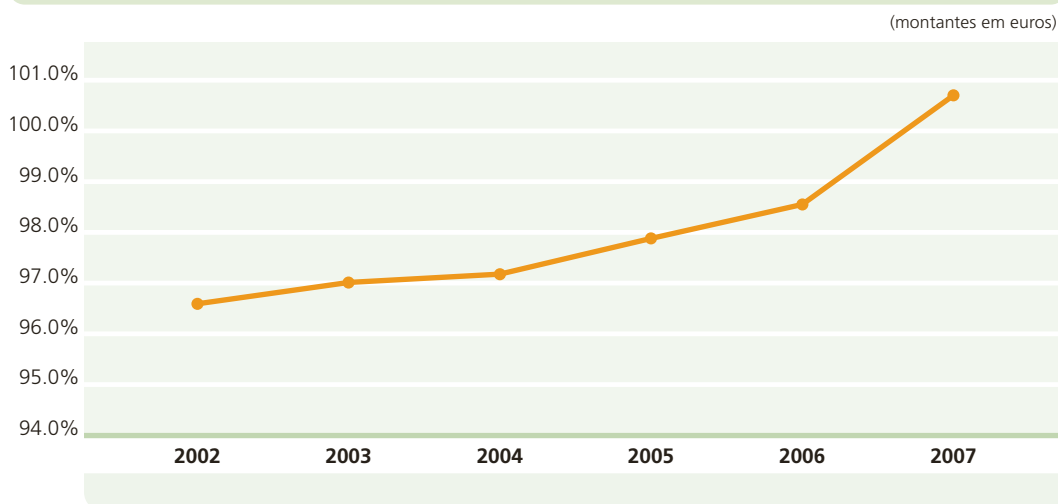
(em % do valor das responsabilidades)



Evolução da situação financeira

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor da carteira de activos do Fundo de Pensões do Banco de Portugal totalizava 1.183,6 milhões de euros. O total de responsabilidades por serviços passados era de 1.175,3 milhões de euros.

GRÁFICO 9 — Evolução do Nível de Financiamento do Fundo de Pensões



No final do ano, o Fundo de Pensões registava um nível de financiamento global de 100,7%, que traduzia um acréscimo de 2,1 pontos percentuais face ao apurado no final de 2006.

Para efeitos do disposto no Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso 4/2005, o grau de cobertura foi de 110,5% do mínimo exigido. Foram também integralmente satisfeitos os requisitos emanados pelo Instituto de Seguros de Portugal, tendo a cobertura do mínimo de solvência atingido 117,4%.

Quadro 8 — Situação Financeira do Fundo de Pensões

		31 / 12 / 2006	31 / 12 / 2007
(1)	Valor do Fundo de Pensões	1,208,550,035	1,183,553,387
(2)	Responsabilidades por Serviços Passados (R.S.P.)	1,226,238,773	1,175,298,862
(3)=(1)/(2)	Nível de Financiamento	98.6%	100.7%
(4)	Nível de Financiamento mínimo obrigatório (Aviso do BP 12/2001) ⁽¹⁾	88.2%	91.1%
(5)=(3)/(4)	Nível de Cobertura atingido	111.8%	110.5%
(6)	Nível de Financiamento do Mínimo de Solvência	78.7%	85.8%
(7)=(3)/(6)	Nível de Cobertura atingido	125.3%	117.4%

⁽¹⁾ Com as alterações introduzidas pelo Aviso do BP 4/2005.

(montantes em euros)

7.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA SOCIEDADE GESTORA

No exercício de 2007, foi apurado um resultado líquido de 112.728,0 € nas contas da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal	5.636,4 €
Reservas Livres	107.091,6 €
Total	112.728,0 €

8.

NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do exercício de 2007, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

Ao Instituto de Seguros de Portugal expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a actividade da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 17 de Março de 2008

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Martins Pereira Marta
Presidente

Manuel Ramos de Sousa Sebastião
Administrador

Helena Maria de Almeida Martins Adegas
Administradora Delegada





Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Balanço e Demonstração de Resultados

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Certificação Legal das Contas

Balanço – S. G. F. P. B. P.

Activo	2007			2006
	AB	AP	AL	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras Construções	57.131	15.742	41.389	44.491
Equipamento Básico	242.085	133.503	108.582	68.873
Equipamento Administrativo	2.220.845	1.709.769	511.076	571.746
Outras imobilizações corpóreas	17.264	17.023	241	692
	2.537.325	1.876.037	661.288	685.802
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229	117.229	0	0
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0	0	0	0
CIRCULANTE				
Dívidas de Terceiros				
Estado e Outros Entes Públicos	0		0	0
Outros Devedores	492		492	492
	492	0	492	492
Títulos Negociáveis	827.059	12	827.047	1.180.880
Depósitos Bancários e Caixa				
Depósitos Bancários	975.903		975.903	226.619
Caixa	1.247		1.247	1.247
	977.150	0	977.150	227.866
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de Proveitos	17.973		17.973	16.573
Custos Diferidos	143.480		143.480	123.209
Impostos Diferidos	3		3	248
	161.456	0	161.456	140.029
Total do Activo	4.620.711	1.993.278	2.627.433	2.235.069

(em euros)

AB= Activo bruto

AP= Amortizações e provisões acumuladas

AL= Activo líquido

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

em 31 de Dezembro de 2007

Capital Próprio e Passivo	2007	2006
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	1.000.000	1.000.000
Reserva Legal	107.737	103.843
Reservas Livres	903.168	829.182
Resultados Transitados	0	0
Resultado Líquido	112.728	77.880
Total do Capital Próprio	2.123.633	2.010.904
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	195.065	129.961
PASSIVO		
Dívidas a Terceiros		
Outros Accionistas	234	423
Outros Credores	1.413	2.741
Fornecedores c/c	243.935	56.628
Estado e Outros Entes Públicos	46.599	18.417
	292.181	78.208
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de Custos	15.726	15.191
Proveitos Diferidos	829	805
	16.555	15.995
Total do Passivo	503.800	224.165
Total do Capital Próprio e Passivo	2.627.433	2.235.069

(em euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
 Manuel Ramos de Sousa Sebastião
 Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Conta de Resultados – S. G. F. P. B. P.

Custos e Perdas	2007	2006
Fornecimento e Serviços Externos	1.080.288	1.027.299
Custos com o Pessoal	1.965.206	1.986.185
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	230.484	257.522
Impostos	46.165	22.597
Outros Custos e Perdas Operacionais	7.675	8.858
Provisões para Riscos e Encargos (A)	65.104	8.093
	3.394.922	3.310.555
Provisões de Aplicações Financeiras	12	991
Juros e Custos Similares (C)	4.139	6.003
	3.399.073	3.317.549
Custos e Perdas Extraordinários (E)	5.882	12
	3.404.955	3.317.561
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício (G)	43.009	30.332
	3.447.964	3.347.893
Resultado Líquido do Período	112.728	77.880
Total	3.560.692	3.425.773

(em euros)

RESUMO:

Resultados Operacionais: (B) - (A) =	105.398	69.456
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A) =	54.349	33.328
Resultados Correntes: (D) - (C) =	159.747	102.784
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E) =	155.737	108.212
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G) =	112.728	77.880

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

em 31 de Dezembro de 2007

Proveitos e Ganhos	2007	2006
Prestação de Serviços	3.489.279	3.369.279
Proveitos Suplementares (B)	11.041	10.732
	3.500.320	3.380.011
Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras	56.023	40.225
Outros Juros e Proveitos Similares (D)	2.477	98
	3.558.820	3.420.333
Proveitos e Ganhos Extraordinários (F)	1.872	5.440
	3.560.692	3.425.773
Total	3.560.692	3.425.773

(em euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
 Manuel Ramos de Sousa Sebastião
 Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Resultados por Funções – S. G. F. P. B. P.

	2007	2006
Vendas e Prestação de Serviços	3.489.279	3.369.279
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	0	0
Resultados Brutos	3.489.279	3.369.279
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	11.041	10.732
Custos de Distribuição	0	0
Custos Administrativos	3.387.247	3.301.696
Outros Custos e Perdas Operacionais	11.685	3.430
Resultados Operacionais	101.388	74.884
Custo Líquido de Financiamento	0	0
Ganhos (Perdas) em filiais e associadas	0	0
Ganhos (Perdas) em outros Investimentos	54.349	33.328
Resultados Correntes	155.737	108.212
Impostos sobre os Resultados Correntes	43.009	30.332
Resultados Correntes após Impostos	112.728	77.880
Resultados Extraordinários	0	0
Impostos sobre os Resultados Extraordinários	0	0
Resultados Líquidos	112.728	77.880

(em euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Demonstração dos fluxos de Caixa – S. G. F. P. B. P.

	2007	2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultados Líquidos	112.728	77.880
Ajustamentos		
Amortizações	230.484	253.159
Provisões	65.063	5.243
Resultados Financeiros	-56.023	
Aumentos das Dívidas de Terceiros		
Diminuição das Dívidas de Terceiros		81.039
Aumento das Existências		
Diminuição das Existências		
Aumentos das Dívidas a Terceiros	214.160	
Diminuição das Dívidas a Terceiros	-189	-132.823
Diminuição dos Proventos Diferidos		
Diminuição dos Acréscimos de Proventos	-1.400	-9.724
Diminuição dos Custos Diferidos	-20.272	-8.471
Diminuição dos Acréscimos de Custos	536	7.023
Aumento dos Proventos Diferidos	25	63
Ganhos na Alienação de Imobilizações	-1.815	
Perdas na Alienação de Imobilizações		
Diminuição dos Impostos Diferidos Activos	245	713
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	543.541	196.222
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Investimentos Financeiros	355.688	380.709
Imobilizações Corpóreas		62.480
Imobilizações Incorpóreas		
Imobilizações em Curso		
Subsídios de Investimento		
Juros e Proventos Similares	56.023	
Dividendos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas	-205.968	
Imobilizações Incorpóreas		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	205.743	443.189
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		
Aumentos de Capital		
Suplementos e Prémios de Emissão		
Subsídios e Doações		
Venda de Acções		
Cobertura de Prejuízos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos		
Amortização de contratos de Locação Financeira		
Juros e custos Similares		
Dividendos		
Redução de Capital e Prestações Suplementares		
Aquisição de Acções Próprias		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	0
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	749.284	-169.086
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO	0	0
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	227.866	396.952
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	977.150	227.866

(em euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Constituição e actividade

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., foi constituída em 3 de Junho de 1988 por escritura notarial lavrada de Fl. 74 a Fl. 76 do livro de notas para escrituras diversas nº. 677 - C do 9º. Cartório Notarial de Lisboa, tendo por objecto a administração, gestão e representação do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua constituição foi autorizada pela Portaria nº. 245/88, de 20 de Abril, do Ministério das Finanças.

O anexo às contas respeita a ordem estabelecida pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC), sendo de referir que os números não indicados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores e situações a reportar.

3.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras da Sociedade Gestora foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente, de acordo com os princípios fundamentais da continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, substância sob a forma e materialidade.

Os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade são como segue:

— Imobilizado

O activo imobilizado está registado ao custo de aquisição.

As reintegrações são calculadas com base no número de anos de vida útil esperada, utilizando-se para o efeito o método das quotas constantes, sendo aplicado para os activos adquiridos até 1993 (inclusive) o critério da quota anual de reintegração e, para os activos adquiridos em data posterior, o critério da quota correspondente ao número de meses contados desde o mês de entrada em funcionamento.

As taxas de reintegração encontram-se em conformidade com a legislação fiscal portuguesa. O período de vida útil daí decorrente aproxima-se da vida útil dos bens.

As taxas de reintegração aplicadas foram as seguintes:

	Percentagem anual
Equipamento básico	10%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	10 a 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	12,50%

—— Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são valorizados pelo seu custo de aquisição, que inclui os custos suportados na compra.

Constituíram-se provisões que visam a cobertura integral do valor das menos-valias evidenciadas na carteira de títulos e que correspondem à descida do valor de mercado face ao custo de aquisição dos títulos, quando aquele valor é inferior a este.

—— Reconhecimento dos custos e proveitos

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que ocorrem, tendo em atenção o período a que dizem respeito e independentemente da sua realização financeira.

6.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeito de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), relativas a provisões para depreciação da carteira de títulos.

Variação dos Activos por Impostos Diferidos

Descrição	Total 2007	Total 2006	Reversão da Diferença
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos	0	0	
Provisões não aceites fiscalmente	12	991	
Total	12	991	
Valores Reflectidos no Balanço (25%)	3	248	-245

(em euros)

7.

PESSOAL

Durante o ano de 2007, a Sociedade contou, em média, com 34 colaboradores ao seu serviço.

10.

IMOBILIZADO

O movimento da rubrica de imobilizado foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
IMOBILIZADO CORPÓREO				
Activo Bruto				
Edifício e Outras Construções	54.735	2.396	0	57.131
Equipamento básico	186.258	66.958	11.131	242.085
Equipamento administrativo	2.221.564	136.369	137.088	2.220.845
Outras imobilizações corpóreas	17.018	246	0	17.264
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229	0	0	117.229
IMOBILIZADO EM CURSO (i)	0	0	0	0
	2.596.804	205.969	148.219	2.654.553
Amortizações acumuladas				
Edifício e Outras Construções	10.243	5.498	0	15.742
Equipamento básico	117.385	27.250	11.131	133.503
Equipamento administrativo	1.649.818	197.038	137.088	1.709.768
Outras imobilizações corpóreas	16.326	697	0	17.023
Outras Despesas	117.229	0	0	117.229
Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0
	1.911.001	230.483	148.219	1.993.265
Activo Líquido	685.803	-24.515	0	661.288

⁽ⁱ⁾ Ver nota 14.

(em euros)

14.

IMOBILIZADO EM CURSO

No final do exercício de 2007, não existiam valores registados em imobilizado em curso.

17.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2007	2006
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO		
Dívida Pública	147.115	895.451
Outros emitentes	393.524	0
	540.639	895.451
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL		
Fundos de investimento	286.420	286.420
	286.420	286.420
Provisões para aplicações de tesouraria	12	991
Valor Líquido	827.047	1.180.880

(em euros)

32.

GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade Gestora tinha garantias prestadas no valor 195.065 euros, maioritariamente relacionadas com processos judiciais em curso.

Durante o exercício de 2007, foi anulada a garantia bancária prestada para caucionar eventuais contingências do Fundo de Pensões, no âmbito de um processo judicial em curso, no valor de 1.795.362 euros, na sequência do desfecho final da acção em causa, que foi favorável ao Fundo de Pensões.

34.

MOVIMENTO DAS PROVISÕES

O movimento registado na conta Provisões para Aplicações de Tesouraria foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria (i)	991	1.260	2.239	12
Provisões para riscos e encargos	129.961	65.104		195.065
	130.952			195.077

⁽ⁱ⁾ Ver nota 3. (em euros)

A provisão para riscos e encargos foi constituída para fazer face a eventuais contingências judiciais.

35.

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade Gestora é de 1.000.000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, representado por duzentas mil acções com o valor nominal de cinco euros cada.

37.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

O Banco de Portugal detém uma participação de 97,78% no capital, correspondente a 195.534 acções.

40.

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	1.000.000			1.000.000
Reserva legal	103.843	3.894		107.737
Reservas livres	829.182	73.986		903.168
Resultado do Exercício	77.880	112.728	77.880	112.728
	2.010.905	190.608	77.880	2.123.633

(em euros)

Os aumentos ocorridos no exercício foram efectuados de acordo com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2006, apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada em Assembleia Geral.

45.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	2007	2006	Proveitos e Ganhos	2007	2006
Juros suportados	55	173	Juros obtidos	56.023	40.225
Provisões para aplicações de tesouraria	12	991			
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	294	3.749	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	2.477	98
Outros custos e perdas financeiras	3.790	2.081			
Resultados financeiros	54.349	33.328			
Total	58.500	40.322	Total	58.500	40.322

(em euros)

46.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	2007	2006	Proveitos e Ganhos	2007	2006
Perdas em imobilizações	0		Ganhos em imobilizações	1.815	1.093
Multas e penalidades	672		Benefícios de penalidades contratuais	0	0
Aumentos de amortizações e provisões	0		Reduções de amortizações e provisões	53	3.842
Correcções exercício anteriores	5.185		Correcções exercício anteriores	0	506
Outros custos e perdas extraordinários	25	12	Outros proveitos e ganhos extraordinários	4	0
Resultados extraordinários	-4.010	5.428			
Total	1.872	5.440	Total	1.872	5.440

(em euros)

48.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**Depósitos bancários**

A composição desta rubrica, em 31 de Dezembro, é a seguinte:

	2007	2006
Depósitos à ordem	29.903	123.619
Depósitos a prazo	946.000	103.000
	975.903	226.619

(em euros)

Estado e Outros Entes Públicos**Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA**

O valor do IVA registado nas contas da Sociedade Gestora está relacionado com a autoliquidação resultante de serviços prestados por uma entidade não residente.

Impostos sobre lucros - IRC

O montante dos impostos sobre os lucros é calculado com base no valor que se prevê vir a pagar, às taxas em vigor à data do Balanço, aparecendo reflectido na rubrica "Estado e outros entes públicos".

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal pode ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos, podendo resultar dessa revisão eventuais correcções à matéria colectável e liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2004 a 2007, inclusive. O Conselho de Administração admite que qualquer liquidação adicional não virá a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Prestação de serviços

A prestação de serviços reporta-se exclusivamente à remuneração de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

A remuneração de gestão, em 2007, foi fixada em 3.489.279 euros, o mesmo valor que havia sido estabelecido no ano anterior.

— **Proveitos suplementares**

Trata-se de proveitos resultantes da celebração de um contrato de subarrendamento.

— **Custos com pessoal**

O valor desta rubrica inclui os custos de formação suportados directamente pela Sociedade Gestora e os encargos com os respectivos colaboradores, nomeadamente, com os signatários de um acordo de cedência celebrado com o Banco de Portugal.

— **Acréscimos e Diferimentos**

Nesta rubrica são registados pagamentos efectuados no exercício, relativos a custos do ano seguinte, nomeadamente, relativos a licenças de aplicações informáticas.

— **Contas de ordem**

Nos termos do n.º 3.1 da Norma n.º 12/95-R de 6 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a relevação das contas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal está desenvolvida na classe 0 - Contas extrapatrimoniais, nas seguintes contas principais:

- 01 - Fundo de Pensões do Banco de Portugal; e
- 02 - Gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

Estas contas apresentam saldos simétricos, em 31 de Dezembro de 2007, de 1.183.275.079 euros.

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Manuel Ramos de Sousa Sebastião
Helena Maria de Almeida Martins Adegas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 2.627.433 Euros e um total de capital próprio de 2.123.633 Euros, incluindo um resultado líquido de 112.728 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em

juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 19 de Março de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)





Fundo de Pensões do Banco de Portugal

**Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos
e Despesas**

**Notas à Situação Patrimonial e Demonstração
de Rendimentos e Despesas**

Certificação das Contas

Situação Patrimonial – F. P. B. P.

Aplicações do Fundo	Nota	2007	2006
Terrenos e Edifícios	4	70.658.614	89.429.554
Imóveis em Negociação	4	20.815.000	0
Títulos de Crédito	5	1.066.194.584	1.099.555.657
Numerário e depósitos bancários	6	31.364.861	9.977.986
Devedores e Credores Geral	7	-15.811.058	-356.474
Acréscimos e Diferimentos	8	10.053.078	9.943.312
		1.183.275.079	1.208.550.035
(Ver Notas Anexas)			(em euros)

Demonstração de Rendimentos e Despesas – F. P. B. P.

Acréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2007	2006
Contribuições	10	22.677.305	85.781.423
Rendimentos	11	32.825.487	31.644.477
Mais-Valias	12	62.988.657	82.774.434
Outras receitas		69.917	1.812.292
		118.561.366	202.012.626
			(em euros)

Valor do Fundo	Nota	2007	2006
Património inicial		4.987.979	4.987.979
Resultados e contribuições acumuladas			
Exercícios anteriores		1.203.562.056	1.176.538.684
Do exercício		-25.274.956	27.023.372
	9	1.183.275.079	1.208.550.035
(Ver Notas Anexas)			(em euros)

Decréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2007	2006
Pensões vencidas	13	48.768.831	47.460.402
Comissões de mediação			
Impostos		3.834	26.619
Menos-Valias	12	93.009.294	125.904.961
Outras despesas	14	2.054.363	1.597.273
		143.836.322	174.989.255
			(em euros)

Notas à Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas

1.

CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal (Fundo) foi constituído pelo Banco de Portugal, na qualidade de Associado Fundador, por escritura pública celebrada em 15 de Setembro de 1988 no 9º Cartório Notarial de Lisboa. A Sociedade Gestora outorgou o contrato constitutivo enquanto entidade gestora, qualidade que adquiriu pela celebração prévia com o Banco de Portugal de um contrato de gestão do Fundo.

O Fundo de Pensões é constituído por um património autónomo e exclusivamente afecto ao cumprimento das responsabilidades, assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS). É um fundo fechado e afecto à realização de um plano de benefícios definidos, posicionando-se ao nível do primeiro pilar de protecção social.

2.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS

As contas anexas foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos existentes na Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Estas contas sumarizam as transacções e o património líquido do Fundo. Não consideram as responsabilidades referentes a pensões ou outros benefícios a pagar no futuro. A posição actuarial do Fundo, contemplando tais responsabilidades, é expressa no Relatório do Conselho de Administração. A leitura destas demonstrações financeiras deve ser efectuada em conjunto com o referido relatório (ver ponto 4.4. Avaliação Actuarial).

3.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

As contas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em terrenos, edifícios e títulos de crédito) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais da consistência, prudência e especialização dos exercícios.

b) Terrenos e Edifícios

Os terrenos e edifícios são contabilizados inicialmente ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra, sendo esse valor posteriormente actualizado por avaliações efectuadas por entidades independentes, de acordo com o regime das avaliações previsto, nomeadamente, na Norma nº 9/2007, de 28 de Junho, do ISP.

As mais e menos-valias não realizadas, decorrentes da actualização do valor dos imóveis, são reflectidas na Demonstração de Rendimentos e Despesas, no exercício em que a avaliação é efectuada.

c) Títulos de Crédito

Os investimentos financeiros em carteira à data de 31 de Dezembro de 2007 encontram-se valorizados ao justo valor, em conformidade com a Norma nº 9/2007, de 28 de Junho, do ISP. No cumprimento da referida Norma, para os títulos cotados cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeitos de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de activo financeiro em causa.

A diferença entre o justo valor dos títulos e o respectivo custo de aquisição é registada nas rubricas Mais e Menos-Valias, consoante o caso, da Demonstração de Rendimentos e Despesas. A diferença entre o produto da venda dos títulos e o valor pelo qual se encontra contabilizado é, também, registada nas mesmas rubricas.

d) Contribuições

As contribuições para o Fundo, efectuadas pelo Banco de Portugal, são registadas, quando efectivamente recebidas, na rubrica Contribuições da Demonstração de Rendimentos e Despesas (ver Nota 10).

e) Rendimentos

Os rendimentos respeitantes a rendas de imóveis e rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, excepto no caso de dividendos de acções, que apenas são reconhecidos quando recebidos.

f) Pensões

As pensões são pagas aos beneficiários através do Banco de Portugal, que é posteriormente ressarcido pelo Fundo, numa base mensal, do valor global despendido (ver Nota 13).

g) **Comissões**

As comissões são contabilizadas na respectiva rubrica da Demonstração de Rendimentos e Despesas no período a que se referem, independentemente da data do seu pagamento.

As comissões ainda não liquidadas são registadas por contrapartida da rubrica de Acréscimos de Custos e as comissões pagas antecipadamente em relação ao período a que se referem são registadas na rubrica de Custos Diferidos.

h) **Produtos derivados**

Os contratos de “*forward*” cambiais, realizados com a finalidade de cobertura do risco cambial associado à carteira de títulos, são reavaliados às taxas de câmbio correspondentes ao prazo remanescente, implícitas nas cotações cambiais “*forward*” divulgadas pelos sistemas de informação financeira internacionalmente reconhecidos, sendo utilizado o valor médio das ofertas de compra e venda divulgadas à data da reavaliação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou o custo das reavaliações, sendo registadas numa conta de acréscimos ou decréscimos ao valor do fundo, respectivamente, nomeadamente na rubrica de Menos ou Mais-Valias, por contrapartida da conta Acréscimos e Diferimentos.

i) **Regime fiscal aplicável**

Os Fundos de Pensões estão isentos de pagamento de IRC e de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), de acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

4.

TERRENOS E EDIFÍCIOS

O valor de investimento inclui o preço base, encargos legais e outras despesas. O valor dos ajustamentos corresponde às mais-valias potenciais apuradas no exercício de 2007, no valor de 6.205.362 euros, e em exercícios anteriores (mais-valia de 17.233.976 euros).

As avaliações devem ocorrer todos os três anos, ou antes de decorrido este prazo, quando se verificarem desajustamentos materialmente relevantes entre o valor líquido de balanço do imóvel e o seu valor de mercado.

O valor que se encontra registado em imóveis em negociação, 20.815.000 euros, foi apurado com base no contrato de promessa de compra e venda de um edifício, tendo sido incluídos os encargos legais previsíveis para efeito de apuramento da respectiva valia.

Parte substancial das valias registadas em 2007, foram realizadas no início de 2008 com a escritura de venda de um imóvel. Assim, o montante de 4.204.900 euros contabilizado em valias realizadas corresponde apenas aos imóveis cuja escritura de venda ocorreu no presente exercício.

5.

TÍTULOS DE CRÉDITO

	2007			2006
	Valor de Aquisição	Ajustamentos	Valor de Mercado	Valor de Mercado
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	149.879.324	13.285.735	163.165.059	152.644.282
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO - OBRIGAÇÕES				
De Dívida Pública	973.881.367	-81.549.671	892.331.696	941.155.344
De Outros Emissores Supranacionais	4.997.357	-16.563	4.980.794	0
De Outros Emissores	4.720.623	996.412	5.717.035	5.756.031
	1.133.478.671	-67.284.087	1.066.194.584	1.099.555.657

(em euros)

O valor dos ajustamentos corresponde às mais ou menos-valias potenciais apuradas pela diferença entre o valor de mercado e o valor de aquisição histórico. No exercício de 2007, o valor líquido das mais e menos-valias potenciais registadas na Demonstração de Rendimentos e Despesas foi de -39.613.360 euros (ver Nota 12 b)).

6.

NUMERÁRIO E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica, em 31 de Dezembro, apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
Numerário	719	719
Depósitos à ordem	1.464.142	477.267
Depósitos a prazo	29.900.000	9.500.000
	31.364.861	9.977.986

(em euros)

7.

DEVEDORES E CREDORES GERAIS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
ACTIVOS CORRENTES		
Corretores e Intermediários Financeiros	0	17.529
Impostos (a)	450	104.618
Arrendatários	120.895	325.899
Produtos Derivados (c)	3.094.098	0
Outros	693	693
	3.216.136	448.739
PASSIVOS CORRENTES		
Corretores e Intermediários Financeiros	31.647	0
Impostos	346.697	176.782
Credores – Edifícios (b)	18.534.938	315.939
Outros	113.912	113.912
Contribuições e Pensões a Liquidar	0	0
Produtos Derivados (c)		198.581
	19.027.194	805.214
Valor líquido	-15.811.058	-356.475

(em euros)

a) Impostos - IVA

Esta rubrica englobava essencialmente o IVA suportado nas obras de reconversão do edifício Libersil, a reportar para períodos seguintes.

b) Credores Edifícios - Arrendatários/Provisões para créditos de cobrança duvidosa

Esta rubrica engloba 301.644 euros de dívidas dos arrendatários do Edifício Libersil, consideradas de cobrança duvidosa e totalmente provisionadas.

Em 2007 inclui também os valores relativos à transacção de um imóvel, cuja escritura ocorreu no início de 2008.

c) Produtos Derivados

A política de utilização de derivados baseou-se exclusivamente na utilização de contratos de "forward" cambiais, para cobertura do risco cambial do investimento realizado em Exchange Traded Funds, denominados em quatro divisas distintas: libras esterlinas, dólares norte-americanos, ienes japoneses e francos suíços, nos valores nacionais de GBP 3.323.000, USD 36.206.500, JPY 873.300.000 e CHF 17.298.000, respectivamente.

8.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
Juros a Receber		
De títulos de crédito	9.990.444	9.910.050
De depósitos a prazo	62.305	32.933
Outros	329	329
	10.053.078	9.943.312

(em euros)

9.

VALOR DO FUNDO DE PENSÕES E EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR SERVIÇOS PASSADOS

As variações no valor do Fundo de Pensões apresentam-se como segue:

	2006	2007
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO	1.208.550.035	
Acréscimos por contribuições (Nota 10)	22.677.305	
Decréscimos por pensões vencidas e reembolsos (Nota 13)	48.768.831	
Resultado financeiro	816.570	
		-25.274.956
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO (A)		1.183.275.079
Por memória:		
RESPONSABILIDADES POR SERVIÇOS PASSADOS (B)	1.226.238.773	1.175.298.862
Excedente face às responsabilidades (A-B)		7.976.217

(em euros)

10. CONTRIBUIÇÕES

As contribuições correntes, para além da componente relativa ao associado, incluem também as contribuições efectuadas pelos colaboradores do Banco de Portugal, nas condições definidas pelo plano de benefícios.

Durante o exercício de 2007 não houve necessidade de recorrer a contribuição extraordinária para cobrir insuficiências do activo do Fundo de Pensões ou decorrente de alteração de pressupostos.

11. RENDIMENTOS

Esta rubrica representa os rendimentos obtidos, com a seguinte natureza:

	2007	2006
Terrenos e edifícios	6.905.292	5.980.935
Títulos de crédito		
Acções		219
Fundos de Investimento Imobiliário e Mobiliário	2.937.395	3.328.926
Obrigações		
de Dívida Pública	22.371.928	21.124.667
de outros emissores públicos	66.241	483.627
de outros emissores	129.016	415.269
	25.504.580	25.352.708
Depósitos à ordem	53.861	53.641
Depósitos a prazo	361.754	257.193
	415.615	310.834
	32.825.487	31.644.477

(em euros)

12.

MAIS E MENOS-VALIAS

As mais e menos-valias registadas no exercício desdobram-se como segue:

	2007	2006
MAIS E MENOS-VALIAS POTÉNCIAIS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	7.785.546	3.819.900
Menos-valias (i)	1.580.184	
	6.205.362	3.819.900
Títulos de crédito		
Mais-valias	6.549.350	26.227.991
Menos-valias	46.162.710	65.850.486
	-39.613.360	-39.622.495
Outros		
Mais-valias	1.140	-
Menos-valias	5.512	-
	-4.372	-
MAIS E MENOS-VALIAS REALIZADAS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	4.204.900	
Menos-valias		
	4.204.900	0
Títulos de crédito		
Mais-valias	1.057.603	14.244.196
Menos-valias	6.545.217	24.346.013
	-5.487.614	-10.101.816
Derivados		
Mais-valias	42.723.577	37.984.060
Menos-valias	38.150.801	35.092.297
	4.572.776	2.891.763
Outros		
Mais-valias	666.541	498.287
Menos-valias	564.870	616.165
	101.671	-117.879
Total das Mais-Valias	62.988.657	82.774.434
Total das Menos-Valias	93.009.294	125.904.961
Valor Líquido	-30.020.637	-43.130.527

(em euros)

⁽ⁱ⁾ durante o exercício de 2007, no âmbito de um processo de alienação, foi necessário proceder a ajustamentos, positivos e negativos, ao valor de um imóvel, dos quais resultou, em termos globais, uma mais-valia potencial.

13.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E OUTROS ENCARGOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
Pensões pagas	44.270.135	42.805.616
Capitais vencidos	669.274	1.335.026
Encargos inerentes ao pagamento de pensões	2.910.124	2.824.575
Subsídio de morte	313.026	372.676
Sub-Total	48.162.560	47.337.893
Reembolsos	515.861	38.562
Transferência de direitos	90.410	83.948
Total	48.768.831	47.460.402

(em euros)

14.

OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
Financeiras - a)	125.666	447.905
Edifícios - b)	1.620.005	725.231
Despesas extraordinárias	308.691	415.261
Outras despesas	1	8.876
	2.054.363	1.597.273

(em euros)

a) Despesas Financeiras

Esta rubrica engloba as despesas suportadas pelo Fundo de Pensões, relativas ao serviço de custódia global dos activos financeiros.

b) Despesas com edifícios

Esta rubrica engloba os custos normais com a gestão e manutenção dos imóveis.

15.

RESPONSABILIDADES FISCAIS

O Banco de Portugal assume as responsabilidades fiscais, ao abrigo do contrato de representação celebrado com a Sociedade Gestora, em 17 de Outubro de 2006, onde se estabelece que compete ao primeiro:

- a) pagar por conta e ordem da Sociedade Gestora as pensões de reforma e de sobrevivência aos respectivos beneficiários;
- b) reter na fonte as contribuições e impostos devidos, para posterior entrega às entidades competentes;
- c) liquidar por encontro de contas com as quantias pagas, ao abrigo da alínea a), as contribuições devidas ao Fundo de Pensões respeitantes aos seus trabalhadores.

O Banco de Portugal tem executado e continuará a executar o referido contrato, enquanto o mesmo se mantiver em vigor, e no âmbito desse contrato assumirá todas as responsabilidades inerentes.

16.

PASSIVOS CONTINGENTES

a) Edifício Libersil

Transitaram em julgado, com decisão favorável à Sociedade Gestora, as acções declarativas de condenação interpostas pelos ex-logistas do CCL contra a Sociedade Gestora.

b) Edifício Armazéns de Alverca

A provisão que foi constituída ao longo de vários exercícios, relativamente a este imóvel, foi anulada no final de 2006, após o Tribunal da Relação de Lisboa ter indeferido o pedido de indemnização apresentado pelo reclamante.

Em Janeiro de 2007 e na sequência de um acórdão do Supremo Tribunal de Lisboa, que confirmou a anterior decisão, este processo terminou por já não ser possível recorrer da decisão proferida.

c) Subscrição futura de unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário “Office Park Expo”

O Fundo de Pensões subscreveu unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário “Office Park Expo”, no valor total de 44.999.996,9 euros.

Por decisão dos investidores, conforme o previsto no Acordo de Parceria, não serão efectuadas novas entradas de capital.



CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS



INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões do Banco de Portugal** (Fundo), as quais compreendem a Situação Patrimonial em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de aplicações de € 1.183.275.079 e um valor do fundo no mesmo montante, incluindo um resultado do exercício negativo de € 25.274.956 e a Demonstração de rendimentos e despesas do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:


- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Fundo de Pensões do Banco de Portugal** em 31 de Dezembro de 2007 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e de harmonia com as Normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal para o sector dos Fundos de Pensões.

Lisboa 19 de Março de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto Roc nº (1230)



Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 502029676, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 69134, com sede na Rua do Comércio n.º 148 em Lisboa e com o Capital Social de 1.000.000 de euros.

Capa: "Solidão", óleo s/ tela de António Carmo, da colecção do Banco de Portugal.

Impressão e acabamento: Ligrate, Lda.

Junho de 2008

